



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 05 – Sociologia na Educação Básica

ENTRE A DENÚNCIA E A FIXAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DIDÁTICA DO SUJEITO RACIAL EM LIVROS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

Fabio Luiz Selvo do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

A consolidação da Sociologia como componente obrigatório do Ensino Médio ampliou significativamente a circulação de conceitos acadêmicos no espaço escolar. Entre esses, o debate racial ocupa hoje posição central, impulsionado por transformações políticas, pela atuação dos movimentos negros e pelas exigências legais de valorização da história e cultura afro-brasileira.

No entanto, como nos lembra Everardo Rocha (1984), quando o conhecimento entra no livro didático ele não apenas informa: ele forma imagens, constrói personagens, seleciona

¹ Mestrando-Programa Em Rede Nacional Profsocio UFPR, Professor SEEDPR, e-mail: fnascimento@escola.pr.gov.br

atributos e produz efeitos de verdade. O material pedagógico converte grupos sociais em figuras didáticas dotadas de coerência, repetição e estabilidade.

Além de Rocha, mobiliza-se a contribuição, Erving Goffman (2003), para quem a vida social é marcada por performances e enquadramentos que regulam a apresentação do eu. Aplicado ao livro didático, isso significa perguntar: **qual fachada é atribuída aos grupos raciais?** Eles aparecem como agentes ou como tipos sociais fixos? Também, participa do debate Lila Abu-Lughod (2012), que alerta para o risco das narrativas que, ao denunciar opressões, aprisionam populações inteiras em imagens de passividade, demandando constantemente que sejam “salvas”. Tal movimento, ainda que bem-intencionado, reduz complexidades e silencia vozes.

A partir dessas inspirações, o presente ensaio pergunta: que sujeito racial é produzido nos livros didáticos atuais de Sociologia? De que maneira a intenção crítica convive com mecanismos de simplificação e fixação? Quais continuidades e rupturas podem ser percebidas em relação ao diagnóstico de Rocha?

Assim, busca-se analisar livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que é uma política do MEC/FNDE que distribui gratuita e sistematicamente obras didáticas, literárias e pedagógicas a escolas públicas de educação básica no Brasil. Os livros produzidos devem ter como critérios, atualização estatística, clareza didática e alinhamento a competências. Essa moldura favorece textos diretos, esquemas visuais e sínteses rápidas. Se por um lado isso amplia o acesso, por outro pode reduzir ambiguidades e limitar a abertura interpretativa. A escolha é feita pelos professores e gestores das instituições escolares. As obras escolhidas para esse trabalho foram produzidas por três Editoras: Editora Moderna com o livro, “Modernaplus: Sociologia em Movimento”, Editora FTD “Sociologia por toda parte” e Editora Ática “Sociologia do seu jeito”. Todas as obras correspondem ao período de 2026-2029.

Parte-se da hipótese de que, mesmo quando comprometidos com valores antirracistas, os materiais podem reproduzir formas sutis de objetificação da diferença.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ANALÍTICO

Vivenciando na prática, percebe-se que o sistema educacional é hierárquico e conteudista. Na escola, se observa a falta tempo, formação e apoio institucional para uma

pedagogia dialógica, centrada na escuta e na transformação. Acredita-se que a escola é um dos elementos mais importantes para a constituição de juventudes. Neste contexto, o livro didático, cuja centralidade é reforçada pela política do PNLD, deixa de ser um recurso subsidiário para tornar-se o suporte de uma transmissão de conhecimento frequentemente marcada pelo etnocentrismo (Rocha p. 10). Como discute Everardo Rocha, a tendência de tomar o próprio grupo (neste caso, o saber oficial e conteudista) como medida do mundo impede que a escola reconheça a alteridade das juventudes. Complementarmente, a análise de Lila Abu-Lughod nos alerta para o perigo das 'missões salvacionistas': assim como a retórica ocidental busca 'salvar' o Outro sem considerar suas agências e histórias, o sistema escolar brasileiro utiliza o livro didático para 'salvar' o aluno da suposta ignorância, ignorando a violência estrutural e as desigualdades globais que moldam sua realidade (Abu-Lughod, pp. 15). Sem tempo e apoio para uma pedagogia dialógica, a escola corre o risco de aplicar um 'feminismo colonial' pedagógico, para usar o termo de Abu-Lughod que, sob o pretexto de educar e libertar, acaba por impor uma visão de mundo padronizada, silenciando os desejos e as subjetividades das múltiplas juventudes que habitam o espaço escolar (Abu-Lughod, pp. 4, 12). Rocha evidencia que a repetição de determinadas características, a ausência de complexidade conceitual e o uso de frases curtas criam um efeito de naturalização. O índio torna-se um ser reconhecível, previsível e funcional ao projeto pedagógico. Outro aspecto importante observado pelo autor é o de que os livros didáticos devido a sua natureza simplificada e sua função ampla, pode servir como instrumento de fácil manipulação ideológica. O que podemos observar na passagem sobre a forma como o índio é introduzido na História do Brasil de maneira aleatória, dando a ideia de “... que a forma com que é trabalhado o problema, não se pretende um conhecimento efetivo e científico do índio. Antes, manipula-se sua representação para emprestar sentido a determinados fatos históricos” (Rocha, 1984. Pg 26). Esta característica, foi percebida ao analisar os livros selecionados para o PNLD 2026-2029. Por exemplo, a repetição fortalece a imagem construída. Nos três manuais analisados, a narrativa do racismo reaparece continuamente associada a escravidão, pobreza, violência e exclusão institucional.

Os dados variam, as fontes se atualizam, mas o personagem mantém traços semelhantes. O estudante aprende rapidamente a reconhecer essa figura. Essa estratégia facilita a memorização, mas pode empobrecer a multiplicidade das experiências negras. Ambos os

autores alertam para os perigos de uma "missão salvacionista", questionando que tipo de violência está associada à transformação de alguém para o nosso modelo ideal.

E aqui, Abu-Lughod é decisiva, ao insistir na urgência do combate ao racismo, advertindo que discursos produzidos em nome da libertação podem aprisionar sujeitos em identidades de sofrimento permanente. A denúncia, portanto, não é neutra.

“O que advogo é o trabalho duro envolvido em reconhecer e respeitar as diferenças - precisamente como produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestações de desejos diferentemente estruturados... Tornamo-nos politizados acerca de raça e de classe social, mas não em relação à cultura.” (Abu-Lughod 2012)

Assim, livro didático pode ser visto como uma tábua de salvação para a falta de estrutura do sistema. Neste contexto, a "salvação" da educação através do livro didático pode ser uma ilusão que, na verdade, perpetua a **violência estrutural** da desigualdade educacional, ignorando as causas profundas da falta de apoio e tempo para os professores contextualizar e adaptar os conteúdos conforme a realidade dos educandos.

Outro pensador que contribui com a debate é Erving Goffman (2003) permite aprofundar essa leitura ao sugerir que a interação social depende de fachadas estáveis. No livro didático, essas fachadas organizam o palco onde certos grupos aparecem sempre associados a papéis específicos. Da mesma forma como acontecem os gerenciamentos de impressões, onde as pessoas manipulam deliberadamente ou inconscientemente os sinais (linguagem, gestos, vestimenta) para controlar a imagem que os outros formam sobre elas mesma forma.

2. O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO: ENTRE DENÚNCIA E FIXAÇÃO

Nos materiais analisados, o racismo é reconhecido como elemento estruturante da sociedade brasileira. Há um esforço evidente em apresentar dados estatísticos atualizados, referências históricas da escravidão e discussões consolidadas no campo das Ciências Sociais, como racismo estrutural, branquitude e necropolítica. Contudo, a presença reiterada dessas abordagens produz um efeito ambivalente: ao mesmo tempo em que denuncia desigualdades, contribui para estabilizar determinadas formas de representação do sujeito negro.

Assim como o índio descrito por Rocha, o sujeito racializado nos livros didáticos tende a surgir em espaços muito delimitados: escravidão, pobreza, exclusão e violência. Sua aparição é frequentemente mediada por indicadores de carência ou por narrativas de resistência à opressão. Pouco se vê de experiências ordinárias, de cotidianos plurais, de produção intelectual diversificada ou de práticas sociais que escapem à chave interpretativa do sofrimento.

Nesse sentido, a análise de Rocha (1984) permanece extremamente atual. Ao investigar a construção do “índio didático”, o autor demonstra como a repetição e a seleção de atributos produzem um personagem fixo, coerente e facilmente reconhecível. Como afirma o autor:

“A redundância percebida no grupo de livros lhes dá uma grande autonomia e solidez reforçando a especificidade que lhe é própria. Assim, temos, efetivamente, um índio construído e fixado pela força do conhecimento que o livro didático comunica.” (ROCHA, 1984, p. 28).

A partir desta análise, é possível observar que algo semelhante ocorre com a representação do sujeito negro. Ainda que o conteúdo seja atualizado e comprometido com uma perspectiva crítica, a forma de apresentação tende a reiterar um conjunto relativamente restrito de atributos. Trata-se da constituição de uma “fachada” social, isto é, de uma imagem pública relativamente estável que orienta a percepção dos interlocutores. Como aponta Goffman (2003, p. 13), “quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tende a incorporar e exemplificar valores oficialmente reconhecidos”.

Nos livros analisados, esse “desempenho” do sujeito negro é fortemente associado à desigualdade. No material da FTD, por exemplo, afirma-se que “pessoas negras ainda enfrentam desvantagens significativas em termos de acesso a direitos fundamentais, como educação, trabalho e renda” (FTD, 2024, p. 90). Trata-se de uma afirmação empiricamente fundamentada e politicamente necessária. No entanto, sua recorrência ao longo do texto, associada a outras passagens de teor semelhante, contribui para a consolidação de uma imagem reiterada da população negra como grupo prioritariamente marcado pela privação.

Esse efeito é reforçado pela estrutura discursiva dos materiais, que privilegia frases curtas, diretas e assertivas, característica que Rocha entende, como central na produção de representações didáticas. Segundo o autor, “a constância com que se pode observar o emprego de certo tipo de frase curta, direta, sintética e incisiva é uma das tônicas na estruturação dos textos”

(ROCHA, 1984, p. 27). Tal estratégia, ao facilitar a apreensão do conteúdo, também contribui para a fixação de imagens simplificadas e generalizantes.

Outro aspecto relevante refere-se à organização temática dos capítulos. Títulos como “Racismo no Brasil”, “Desigualdade racial”, “Necropolítica” e “Resistência negra” operam como dispositivos de enquadramento, orientando previamente a leitura e delimitando o campo de significação. Como observa Rocha, os subtítulos exercem a função de “fixar o núcleo do conhecimento a ser transmitido”, atuando como operadores de sentido no interior do discurso didático (ROCHA, 1984).

Nesse contexto, mesmo quando há ampliação conceitual, incluindo a introdução de autores como Kabengele Munanga, Achille Mbembe ou Lélia Gonzalez, essa lógica de representação permanece relativamente estável. O sujeito negro aparece, majoritariamente, como objeto de processos históricos de opressão ou como agente de resistência a esses mesmos processos. Raramente é apresentado em situações que não estejam diretamente vinculadas a essas dimensões.

Essa constatação dialoga diretamente com a crítica de Abu-Lughod (2012) às chamadas “narrativas de salvação”. Ao analisar discursos ocidentais sobre mulheres muçulmanas, a autora demonstra como a ênfase na opressão pode produzir uma imagem homogênea e passiva dos sujeitos representados. Em suas palavras, “ao focar apenas na necessidade de salvar, deixamos de perguntar sobre as condições históricas e políticas que produzem essas situações” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 456).

Transposta para o contexto dos livros didáticos de Sociologia, essa reflexão permite problematizar o risco de uma pedagogia que, ao enfatizar continuamente a denúncia, acaba por restringir as possibilidades de identificação e reconhecimento. O sujeito negro é visto, compreendido e ensinado, sobretudo, a partir da dor, ainda que acompanhada de resistência.

Por fim, cabe destacar que esse processo não decorre de uma intenção explícita de reduzir a complexidade dos sujeitos, mas das próprias condições de produção do discurso didático. Como sintetiza Rocha (1984, p. 25), “os livros didáticos, assim como as cartilhas, são passíveis, devido à sua natureza simplificada e sua função ampla, de fácil manipulação ideológica”. Nesse sentido, o desafio não reside apenas no conteúdo, mas na forma.

Assim, entre a denúncia e a fixação, o que se evidencia é uma tensão constitutiva do ensino de Sociologia: como tornar visíveis as desigualdades sem aprisionar os sujeitos às imagens que as representam? Trata-se de uma questão aberta, que atravessa não apenas os livros didáticos, mas a própria prática pedagógica.

2.1 A pedagogia da vítima e a economia moral da empatia

A ênfase na denúncia do racismo, amplamente presente nos materiais analisados, produz um efeito pedagógico que merece ser problematizado com mais cuidado. Ao expor dados, narrativas históricas de violência e desigualdades persistentes, os livros didáticos convocam os estudantes a se posicionarem moralmente diante da injustiça. Trata-se, sem dúvida, de um movimento necessário, especialmente em uma sociedade marcada por profundas assimetrias raciais. No entanto, esse mesmo movimento pode engendrar aquilo que aqui chamamos de **economia moral da empatia**.

Nessa economia, o reconhecimento do outro se dá prioritariamente por meio da dor. O estudante é interpelado a sentir indignação, compaixão ou solidariedade. Contudo, esse regime afetivo, ao mesmo tempo que sensibiliza, pode também reduzir o outro à condição de objeto de sofrimento, deslocando-o da posição de interlocutor para a de destinatário da empatia.

Nesse sentido, a contribuição de Lila Abu-Lughod (2012) é particularmente elucidativa.

Ao criticar as narrativas que se organizam em torno da ideia de “salvar” determinados grupos, a autora alerta para os riscos de uma representação que, ainda que bem-intencionada, reproduz hierarquias simbólicas:

“Projetos de salvação tendem a reduzir pessoas a vítimas, obscurecendo as complexidades de suas vidas e ignorando as formas como elas próprias interpretam e enfrentam suas condições.” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 458).

Ao transpor essa reflexão para o contexto dos livros didáticos de Sociologia, torna-se possível perceber que a insistência na denúncia, quando não acompanhada de uma ampliação

das formas de representação, pode contribuir para a cristalização de uma imagem específica do sujeito negro: aquele que sofre, resiste e necessita ser reconhecido.

Essa lógica se articula diretamente com o que Rocha (1984) identifica como processo de fixação das representações. Ao selecionar determinados atributos e reiterá-los ao longo do texto, o discurso didático produz personagens dotados de coerência e estabilidade. Como destaca o autor, “... Antes, manipula-se sua representação para emprestar sentido a determinados fatos históricos. ” (ROCHA, 1984, p. 26).

No caso analisado, a representação do sujeito negro passa a cumprir uma função pedagógica central: tornar visível a injustiça. No entanto, ao fazê-lo de maneira reiterada e relativamente homogênea, corre-se o risco de reduzir a complexidade das experiências sociais a um conjunto limitado de significações.

Outro aspecto relevante refere-se à questão da autoria e da mediação discursiva. Ainda que os materiais didáticos incorporem referências fundamentais do pensamento social brasileiro como Clóvis Moura e Abdias do Nascimento, a forma como esses autores aparecem no texto revela um processo de tradução e enquadramento. Suas ideias são frequentemente resumidas, simplificadas e reorganizadas por uma voz didática que se apresenta como mediadora legítima do conhecimento.

Essa mediação não é neutra. Ela define o que deve ser destacado, como deve ser compreendido e em que medida pode ser apropriado pelos estudantes. A palavra do outro, nesse contexto, não aparece em sua potência original, mas como parte de uma narrativa previamente estruturada.

A partir de Erving Goffman (2003), é possível interpretar esse processo como uma organização do palco social. O livro didático não apenas apresenta conteúdos, mas distribui papéis, define cenários e orienta performances. Como afirma o autor, “Quando um indivíduo se apresenta diante de outros, seu desempenho tende a incorporar e exemplificar valores oficialmente reconhecidos.” (GOFFMAN, 2003, p. 13).

No caso das representações raciais, o “desempenho” esperado do sujeito negro já se encontra parcialmente definido: ele aparece como vítima de um sistema injusto ou como agente de resistência a esse mesmo sistema. Outras formas de existência, mais ordinárias, contraditórias ou ambíguas permanecem à margem.

Em termos mais amplos, o que se observa é que a pedagogia da denúncia, ao operar prioritariamente por meio da sensibilização, pode reforçar uma relação assimétrica entre quem conhece e quem é conhecido. O estudante é convidado a reconhecer o racismo, mas não necessariamente a escutar o outro em sua multiplicidade.

Como professor da escola pública, essa questão não se apresenta apenas como um problema teórico, mas como uma inquietação cotidiana. Ao trabalhar com esses materiais, percebo o quanto os estudantes rapidamente aprendem a identificar as injustiças, o que é, sem dúvida, um avanço. Contudo, também percebo o quanto essa aprendizagem pode vir acompanhada de uma espécie de automatização moral: reconhece-se o sofrimento, mas nem sempre se acessa a complexidade.

AVANÇOS IMPORTANTES

É necessário reconhecer, entretanto, que os livros apresentam progressos significativos em relação a gerações anteriores, incorporam debates sobre ações afirmativas, valorizam culturas afro-brasileiras e denunciam mitos como o da democracia racial. O problema não reside na intenção política, mas nos limites da forma narrativa disponível.

Por exemplo, alguns livros trazem capítulos dedicados ao tema organizam-se em núcleos previsíveis: “desigualdade”, “racismo estrutural”, “necropolítica”, “resistência”. Como observou Rocha, o subtítulo fixa previamente o sentido do que será aprendido. Antes mesmo da leitura, o enquadramento já está dado. Nesta perspectiva, o livro da Editora FTD, apresenta vasto repertório conceitual, autores fundamentais e dados recentes. Introduce debates sofisticados como necropolítica, genocídio e epistemicídio. Contudo, a ampliação temática não rompe totalmente a lógica de estabilização, ou seja, a presença negra é majoritariamente vinculada à vulnerabilidade ou à resistência a ela.

Por outro lado a Editora Moderna, apresenta um discurso metodológico que enfatiza protagonismo discente e interdisciplinaridade. Ainda assim, quando se observa a narrativa racial, repete-se a ênfase em trajetórias de dor que convocam empatia, mas nem sempre interlocução.

Enquanto a Editora Ática, ao tratar de temas como identidade, debate e herança crítica, oferece maior abertura argumentativa. Entretanto, a organização do conteúdo histórico também

percorre um roteiro conhecido: racismo científico, democracia racial, crítica sociológica, valorização contemporânea. O percurso é coerente, mas tende a produzir a sensação de evolução linear.

Assim, é inegável que os livros rompem com silêncios históricos. Incorporam intelectuais negros, discutem privilégios, apresentam estatísticas contundentes. O problema não é a falta de crítica, mas a forma estabilizada de apresentá-la.

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste trabalho partiu de uma inquietação fundamental, compreender de que modo a intenção antirracista presente nos livros didáticos de Sociologia convive, paradoxalmente, com mecanismos de simplificação que podem estabilizar identidades. O percurso permitiu perceber que o problema não está na ausência de crítica, tampouco em negligência política. Ao contrário, os materiais examinados evidenciam compromisso com a denúncia, atualização conceitual e alinhamento às demandas contemporâneas por justiça racial.

Entretanto, como alertou Everardo Rocha, a forma didática possui uma força própria. Ao converter processos históricos complexos em personagens reconhecíveis, o livro facilita a aprendizagem, mas também produz tipificações duráveis. O sujeito racial emerge como figura recorrente do sofrimento, da exclusão ou da resistência. Ainda que essas dimensões sejam reais e incontornáveis, sua repetição continuada tende a reduzir a pluralidade da vida social.

A contribuição de Goffman ajuda a perceber que estamos diante de fachadas que organizam o palco pedagógico. Os estudantes aprendem rapidamente a identificar quem ocupa quais lugares na narrativa. O risco é que o reconhecimento substitua o encontro; a familiaridade do tipo pode impedir a surpresa da experiência.

Já Abu-Lughod nos oferece talvez a advertência mais delicada: discursos de libertação podem, involuntariamente, aprisionar. Ao insistir permanentemente na dor, corre-se o perigo de transformar grupos sociais em destinatários eternos de empatia, e não em interlocutores plenos, produtores de mundos, saberes e cotidianos que extrapolam a gramática da denúncia.

Não se trata, portanto, de defender menos crítica, mas de desejar mais complexidade.

Como professor da escola pública, esse ponto assume densidade particular. O livro didático é apoio indispensável em contextos de sobrecarga de trabalho, falta de tempo e escassez de recursos. Ele garante acesso, oferece segurança e estrutura o planejamento. Contudo, exatamente por sua centralidade, seus enquadramentos ganham enorme poder de definição sobre aquilo que os jovens passam a considerar como imagem legítima do outro e de si.

Talvez o desafio pedagógico que emerge desta pesquisa não seja abandonar o manual, mas tensioná-lo. Fazer do conteúdo ponto de partida, não de chegada. Abrir espaço para biografias inesperadas, trajetórias ordinárias, produções culturais que escapem ao roteiro previsível da vítima ou do herói. Permitir que o estudante perceba que nenhuma identidade cabe integralmente nos quadros previamente desenhados.

Se a Sociologia escolar pretende cultivar imaginação crítica, precisa também desconfiar das formas por meio das quais ensina a criticar.

Assim, entre a denúncia necessária e a fixação indesejada, encontra-se um campo fértil para a invenção docente. É nele que talvez possamos transformar a empatia em diálogo, a representação em relação e o tipo em presença viva

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. **As mulheres muçulmanas realmente precisam de salvação?** Estudos Feministas, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>. Acessado em 20/01/2026

ÁTICA. **Sociologia do seu jeito**. São Paulo: Ática, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2024: anos finais do ensino fundamental: áreas do conhecimento**. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2023. Disponível em: [www.gov.br....](http://www.gov.br) Acesso em: 16 fev. 2026.

FTD. **Sociologia por toda parte**. São Paulo: FTD, 2024.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MODERNA. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2024.

ROCHA, Everardo. **Um índio didático**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “√” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	OK
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	OK
Formato de papel A4	OK
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	Ok
Fonte Times New Roman, tamanho 12	OK
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	OK
Espaço entre linhas de 1,5	
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	OK
Conversão do arquivo em .pdf	Ok